

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO À QUINTA EDIÇÃO	9
APRESENTAÇÃO DA COLEÇÃO	11
PREFÁCIO	13

PARTE GERAL

CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO PENAL	41
1. Conceito e Objeto	42
2. Direito Penal, Criminologia e Política Criminal	45
3. Características e Classificações	46
4. Evolução Histórica	53
4.1. Os tempos primitivos e a Vingança	53
4.2. Direito Penal Grego	54
4.3. Direito Penal Romano	55
4.4. Direito Penal Germânico	56
4.5. Direito Penal na Idade Média	57
4.6. Direito Penal e o Iluminismo	58
4.7. As Escolas do Direito Penal	59
4.8. Histórico do Direito Penal Brasileiro	65
5. Fontes	66
5.1. Conceito	67
5.2. Classificação	67
5.3. Competência legislativa em matéria penal	73
5.4. Lei delegada penal	73
5.5. Medida provisória penal	74
6. Direito Penal e Estado Democrático de Direito	75
7. Direito Penal e Direitos Humanos	76
8. Direito Penal Consensual	77
9. Direito Penal e Multiculturalismo	80
Quadro Sinótico	82

CAPÍTULO II – PRINCÍPIOS DO DIREITO PENAL 87

1. A diferenciação entre Princípios e Regras	87
1.1. Distinção Fraca	88
1.2. Distinção Forte	88
1.3. A concepção de Humberto Ávila	89
2. Princípios em Espécie	89
2.1. Princípio da Dignidade da Pessoa Humana	90
2.2. Princípio do Devido Processo Legal	92
2.3. Princípio da Legalidade	94
2.4. Princípio da Intervenção Mínima (ultima ratio)	101
2.5. Princípio da Fragmentariedade	103
2.6. Princípio da Subsidiariedade	103
2.7. Princípio da Adequação Social	104
2.8. Princípio da Culpabilidade	105
2.9. Princípio da Ofensividade ou da Lesividade	108
2.10. Princípio da Autorresponsabilidade	110
2.11. Princípio da Individualização da Pena	110
2.12. Princípio da Confiança	113
2.13. Princípio da Pessoalidade ou Intranscendência da Pena	114
2.14. Princípio da Alteridade ou da Transcendentalidade	115
2.15. Princípio da Exteriorização ou Materialização do Fato	116
2.16. Princípio da Presunção de Inocência (ou da não culpa)	116
2.17. Princípio da Vedação da Dupla Punição pelo Mesmo Fato	117
2.18. Princípio da Irretroatividade	119
2.19. Princípio da Insignificância	119
2.20. Princípio da Exclusiva Proteção do Bem Jurídico	123
2.21. Princípio (ou Postulado) da Proporcionalidade	124
3. Princípios do Garantismo	128
Quadro Sinótico	130

CAPÍTULO III – TEORIA DA NORMA PENAL 133

1. A interpretação da Norma Penal	133
2. Interpretação Extensiva, Analogia e Interpretação Analógica	137
3. Método Descritivo da Norma Penal	138
4. Classificação das Normas Penais	139
4.1. Lei Penal Incriminadora	139
4.2. Lei Penal Não Incriminadora	140
5. Leis Penais Incompletas	143
5.1. Lei penal com previsão de tipo aberto	144
5.2. Lei penal em branco	144
6. Lei Penal no Tempo	149
6.1. Tempo do Crime	151
6.2. Abolitio criminis	153
6.3. Novatio legis in mellius	154

6.4. Novatio legis in pejus	157
6.5. Novatio legis incriminadora	157
6.6. Lei penal no tempo e crimes permanentes e continuados	158
6.7. Lei penal no tempo e crimes habituais	159
6.8. Lei Penal no tempo e norma penal em branco	160
6.9. Crimes fiscais, insignificância e mudança do valor mínimo para ajuizamento da execução fiscal	162
7. Leis de Vigência Temporária	163
7.1. Conceito	163
7.2. Lei Excepcional	164
7.3. Lei Temporária em sentido estrito	164
7.4. Características comuns	165
7.5. (In)constitucionalidade	165
8. Lei Penal no Espaço	166
8.1. Lugar do Crime	166
8.2. Territorialidade	168
8.3. Extraterritorialidade	172
8.4. Princípios da extraterritorialidade	175
8.5. Competência no caso de extraterritorialidade	176
9. Lei Penal em Relação às Pessoas: Imunidades	177
9.1. Imunidades diplomáticas	177
9.2. Imunidades parlamentares	182
9.3. Inviolabilidade do advogado	190
10. Prazo Penal	192
11. Conflito Aparente de Normas	194
11.1. Princípio da Especialidade	195
11.2. Princípio da Subsidiariedade	197
11.3. Princípio da Consunção ou da Absorção	199
11.4. Princípio da Alternatividade	204
Quadro Sinótico	205

CAPÍTULO IV – EVOLUÇÃO DOGMÁTICA DO DIREITO PENAL 213

1. Teorias da Ação	214
1.1. Causalismo, Causal-Naturalismo ou Teoria Clássica	215
1.2. Neokantismo ou Teoria Causal-Valorativa	217
1.3. Finalismo	219
1.4. Teoria Cibernética	222
1.5. Teoria Social da Ação	222
1.6. Teoria da Ação Significativa	223
2. Função do Direito Penal	225
2.1. Funcionalismo Sistemático ou Radical	226
2.2. Funcionalismo Teleológico ou Moderado	231
2.3. Funcionalismo Redutor	234
3. Abordagens críticas sobre o Direito Penal	236

3.1. Abolicionismo Penal	236
3.2. Direito Penal Mínimo	238
3.3. A posição contrária: o chamado Direito Penal Máximo	239
4. As velocidades do Direito Penal	240
4.1. 1ª Velocidade	242
4.2. 2ª Velocidade	242
4.3. 3ª Velocidade	242
4.4. 4ª Velocidade	243
Quadro Sinótico	244

CAPÍTULO V – TEORIA DO CRIME: FATO TÍPICO 247

1. Conceito de crime	247
2. Conceito analítico de crime	251
3. A teoria tripartite	254
4. Sujeitos do crime	255
4.1. Sujeito ativo	255
4.2. Pessoa jurídica como sujeito ativo	256
4.3. Sujeito passivo	261
5. Objeto do crime	262
5.1. Objeto material e objeto jurídico	262
5.2. Teoria do bem jurídico	263
6. Fato Típico	270
6.1. Elementos do fato típico	270
6.2. Teoria do tipo penal	270
7. Conduta	273
7.1. Elementos da conduta	275
7.2. Causas de exclusão da conduta	275
7.3. Formas da conduta: ação e omissão	276
7.4. Espécies da conduta quanto ao elemento subjetivo	277
8. Tipo doloso	278
8.1. Elementos do dolo	278
8.2. Teorias do dolo	279
8.3. O dolo no Código Penal	281
8.4. Espécies de dolo	282
8.5. Dolo sem vontade (psicológica)	288
8.6. Dolo sem conhecimento: a cegueira deliberada	289
9. Tipo culposos	292
9.1. Elementos do crime culposos	293
9.2. Modalidades de culpa	295
9.3. Espécies de culpa	297
10. Tipos “qualificados” pelo resultado	299
10.1. Tipos qualificados pelo resultado e seus elementos	299
10.2. Crime preterdoloso	302
11. Tipo omissivo	304

11.1. Teorias da omissão	304
11.2. Crime omissivo próprio ou puro	305
11.3. Crime omissivo impróprio ou comissivo por omissão	306
11.4. Crime omissivo por comissão	314
11.5. Crimes de conduta mista	314
12. Erro de tipo	315
12.1. Espécies	315
12.2. Erro de tipo essencial	316
12.3. Erro de tipo acidental	319
12.4. Descriminantes putativas	327
12.5. Erro de tipo causado por terceiro	330
12.6. Diferenciações de erro	330
13. Resultado	331
14. Nexo causal e imputação objetiva	334
14.1. Teoria da equivalência dos antecedentes	335
14.2. Teorias da adequação e da relevância	337
14.3. Teoria da condição INUS	340
14.4. Teoria da imputação objetiva	341
14.5. O nexo causal no Código Penal Brasileiro	359
15. Tipicidade	362
15.1. Teorias da tipicidade	362
15.2. Relação entre tipicidade e ilicitude	365
Quadro Sinótico	369
CAPÍTULO VI – TEORIA DO CRIME: ILICITUDE	383
1. Conceito de ilicitude	383
1.1. Injusto penal	385
2. Causas excludentes de ilicitude	386
2.1. Estado de necessidade	388
2.2. Legítima defesa	396
2.3. Estricto cumprimento do dever legal	403
2.4. Exercício regular de um direito	404
2.5. A questão dos ofendículos	405
2.6. Causas supraleais de exclusão da ilicitude	406
2.7. Excesso Punível	407
Quadro Sinótico	409
CAPÍTULO VII – TEORIA DO CRIME: CULPABILIDADE	413
1. Conceito de culpabilidade	413
2. Teorias sobre a culpabilidade	418
2.1. Teoria psicológica da culpabilidade	418
2.2. Teoria psicológico-normativa da culpabilidade	419
2.3. Teoria normativa pura da culpabilidade: concepção estrita	420
2.4. A vertente limitada da culpabilidade	422

2.5. A vertente extremada sui generis da culpabilidade	424
2.6. Teoria da coculpabilidade	426
3. Elementos da culpabilidade	429
3.1. Imputabilidade	429
3.2. Potencial consciência da ilicitude	431
3.3. Exigibilidade de conduta diversa	432
4. Causas excludentes da culpabilidade	433
4.1. Inimputabilidade	433
4.2. Erro de proibição	444
4.3. Coação Moral irresistível	448
4.4. Obediência hierárquica	451
4.5. Causas supraleais de exclusão da culpabilidade	453
Quadro Sinótico	456
CAPÍTULO VIII – PUNIBILIDADE	459
1. Conceito de punibilidade	459
2. Causas de exclusão de punibilidade	461
2.1. Imunidades absolutas ou escusas absolutórias	461
3. Condições objetivas de punibilidade	463
3.1. Constituição definitiva do débito nos crimes tributários	463
3.2. Sentença de falência, recuperação judicial ou extrajudicial e crimes falimentares	464
3.3. A extraterritorialidade condicionada	465
4. Causas extintivas da punibilidade	465
4.1. Morte do agente	470
4.2. Anistia, graça e indulto	473
4.3. Abolitio criminis	480
4.4. Decadência	481
4.5. Perempção	487
4.6. Renúncia	488
4.7. Perdão do ofendido	490
4.8. Retratação	492
4.9. Perdão judicial	493
5. Prescrição	496
5.1. Conceito e fundamentos da prescrição	496
5.2. Regras gerais	497
5.3. Imprescritibilidade	500
5.4. Prescrição da pretensão punitiva	505
5.5. Prescrição da pretensão punitiva: causas suspensivas	507
5.6. Prescrição da pretensão punitiva: causas interruptivas	511
5.7. Prescrição da pretensão punitiva propriamente dita	516
5.8. Prescrição da pretensão punitiva intercorrente	522
5.9. Prescrição da pretensão punitiva retroativa	525
5.10. Prescrição da pretensão punitiva virtual	527

5.11. Prescrição da pretensão executória	529
5.12. Prescrição da pena de multa	538
5.13. Prescrição das medidas de segurança	540
5.14. Prescrição do porte de drogas para consumo próprio	541
5.15. Prescrição nos crimes falimentares	541
5.16. Prescrição de falta grave no curso da execução penal	541
5.17. Prescrição dos atos infracionais	542
Quadro Sinótico	542
CAPÍTULO IX – ITER CRIMINIS: O CAMINHO DO CRIME	547
1. Fases do iter criminis	547
2. Diferenciação entre atos preparatórios e executórios	550
3. Crime consumado	554
4. Crime tentado ou conatus	556
5. Tentativa abandonada	565
5.1. Desistência voluntária	567
5.2. Arrependimento eficaz	568
5.3. Comunicabilidade da tentativa abandonada	569
5.4. Arrependimento posterior	570
6. Crime impossível	575
Quadro Sinótico	581
CAPÍTULO X – CONCURSO DE PESSOAS	585
1. Distinção entre autoria e participação	589
2. Domínio do fato	590
2.1. Domínio final do fato: a concepção de Welzel	591
2.2. Domínio do fato: a teoria de Roxin	592
2.3. Domínio do fato na visão de Zaffaroni	596
2.4. O problema da “autoria intelectual”	597
3. Autores e Partícipes no Código Penal Brasileiro	598
4. Autoria mediata	599
5. Autoria colateral	600
6. Coautoria	602
7. Participação	604
8. Concurso de pessoas nos crimes culposos	615
9. Concurso de pessoas nos crimes omissivos	616
10. Punibilidade no concurso de agentes	617
11. Multidão delinquente	617
12. Participação de menor importância	618
13. Cooperação dolosamente distinta	620
14. Comunicabilidade de circunstâncias, condições e elementares	622
15. Participação impunível	624
Quadro Sinótico	624

CAPÍTULO XI – CONCURSO DE CRIMES	629
1. Concurso material	632
2. Concurso formal	635
3. Crime continuado	640
4. Pena de multa no concurso de crimes	647
Quadro Sinótico	648
CAPÍTULO XII – TEORIA DA PENA	651
1. Sanção Penal	651
2. Finalidade da pena	652
3. Justiça Restaurativa	656
4. Princípios que regem as penas	659
5. Penas em espécie	661
5.1. Penas admitidas no direito brasileiro	661
5.2. Penas vedadas no direito brasileiro	662
5.3. Penas privativas de liberdade	666
5.4. Aplicação das penas privativas de liberdade	667
5.5. A primeira fase da dosimetria da pena: circunstâncias judiciais	670
5.6. A segunda fase da dosimetria da pena: agravantes e atenuantes	682
5.7. A terceira fase da dosimetria da pena: causas de aumento e de diminuição de pena	706
5.8. Sistemas penitenciários	710
5.9. Regime e local de cumprimento das penas privativas de liberdade	714
5.10. Limite máximo das penas	730
5.11. Penas restritivas de direitos	732
5.12. Pena de multa	742
6. Suspensão condicional da pena	748
6.1. Revogação obrigatória	749
6.2. Revogação facultativa	750
6.3. Cassação	751
6.4. Extinção	751
7. Livramento condicional	753
7.1. Condições	758
7.2. Concessão	759
7.3. Revogação obrigatória	760
7.4. Revogação facultativa	761
7.5. Efeitos da revogação	761
7.6. Prorrogação	762
7.7. Suspensão	762
7.8. Extinção	763
8. Efeitos da condenação	763
8.1. Efeitos penais da condenação	764
8.2. Efeitos extrapenais da condenação	764
9. Reabilitação	781

10. Frações não computáveis da pena	783
11. Eficácia da sentença penal estrangeira	784
12. Pena cumprida no estrangeiro	788
13. Temas de execução penal	790
13.1. Detração	790
13.2. Regime especial de cumprimento de pena para mulheres	792
13.3. Regime especial de cumprimento de pena para indígenas	793
13.4. Direitos do preso	793
13.5. Trabalho do preso	796
13.6. Ordem de execução das penas	796
Quadro Sinótico	797
CAPÍTULO XIII – MEDIDA DE SEGURANÇA	809
1. Sistemas penais, periculosidade e culpabilidade	810
2. Espécies de medida de segurança	810
3. Aplicação da Medida de segurança	812
4. Limite de duração da medida de segurança	812
5. Liberação ou desinternação condicional	815
6. Reinternação e internação do submetido a tratamento	815
7. Semi-imputabilidade	816
8. Conversão da pena em medida de segurança	816
9. Extinção da punibilidade	817
10. Prescrição	817
Quadro Sinótico	819
CAPÍTULO XIV – AÇÃO PENAL	821
1. Ação penal pública	824
2. Ação penal pública incondicionada	825
3. Ação penal pública condicionada	826
3.1. Ação penal pública condicionada à representação do ofendido	826
3.2. Ação penal pública condicionada à requisição do Ministro da Justiça	830
4. Ação penal privada	832
5. Ação penal privada exclusiva	832
6. Ação penal privada personalíssima	836
7. Ação penal privada subsidiária da pública	837
8. Ação penal nos crimes complexos	839
Quadro Sinótico	839
CAPÍTULO XV – CLASSIFICAÇÃO DOS CRIMES	843
1. Quanto ao sujeito ativo	843
2. Quanto ao resultado naturalístico	843
3. Quanto ao resultado jurídico	844
4. Quanto à modalidade da conduta	846
5. Quanto à consumação	848
6. Quanto à unicidade ou não do tipo penal	848

7. Quanto à acessoriedade do delito	849
8. Quanto à aplicação da absorção	849
9. Quanto ao fracionamento da conduta	850
10. Quanto ao concurso de agentes	850
11. Quanto à forma de sua prática	851
12. Quanto ao lugar de sua prática	851
13. Quanto aos vestígios	852
14. Quanto à condição objetiva de punibilidade	852
15. Quanto à natureza dos crimes funcionais	852
16. Quanto à natureza dos crimes militares	853
17. Quanto ao sujeito passivo	854
18. Quanto ao número de bens jurídicos atingidos	854
19. Quanto a elementos subjetivos impróprios	854
20. Quanto ao tratamento da tentativa	856
21. Quanto ao núcleo do tipo	856
22. Quanto à pena	857
23. Quanto à relação do comportamento típico com o bem jurídico: delitos de posse e de pertencimento	858
24. Outras classificações	860
Quadro Sinótico	864

PARTE ESPECIAL

CAPÍTULO I – DOS CRIMES CONTRA A VIDA	869
1. Homicídio	870
1.1. Homicídio Simples	874
1.2. Homicídio Privilegiado	875
1.3. Homicídio Qualificado	878
1.4. Homicídio Qualificado: menores de 14 anos de idade	889
1.5. Homicídio Qualificado: nas dependências de instituição de ensino	891
1.6. Homicídio Doloso Majorado	893
1.7. Homicídio Culposo	895
Quadro Sinótico	900
2. Feminicídio	902
2.1. Feminicídio Majorado	911
3. Induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio ou a automutilação	917
Quadro Sinótico	929
4. Infanticídio	930
Quadro Sinótico	932
5. Aborto	933
5.1. Autoaborto e aborto consentido	933
Quadro Sinótico	935
5.2. Aborto sofrido ou sem consentimento da gestante	935

Quadro Sinótico	936
5.3. Aborto com consentimento da gestante ou aborto consensual	938
Quadro Sinótico	939
5.4. Aborto Majorado	940
5.5. Aborto Legal e Atipicidade	942
CAPÍTULO II – DAS LESÕES CORPORAIS	947
1. Lesão corporal de natureza leve	950
2. Lesão corporal de natureza grave	950
3. Lesão corporal de natureza gravíssima	953
4. Lesão corporal seguida de morte	955
5. Lesão corporal privilegiada e substituição de pena	956
6. Lesão corporal culposa	956
7. Lesão corporal majorada	957
8. Perdão Judicial	957
9. Lesão corporal com violência doméstica e familiar	958
10. Lesão corporal funcional	960
11. Lesão corporal nas dependências de instituição de ensino	963
12. Lesão corporal por condição do sexo feminino	964
13. Lesão corporal e ação penal	967
Quadro Sinótico	968
CAPÍTULO III – DA PERICLITAÇÃO DA VIDA E DA SAÚDE	973
1. Perigo de Contágio Venéreo	973
Quadro Sinótico	975
2. Perigo de Contágio de Moléstia Grave	976
Quadro Sinótico	977
3. Perigo para a Vida ou a Saúde de Outrem	978
Quadro Sinótico	978
4. Abandono de Incapaz	979
Quadro Sinótico	983
5. Exposição ou Abandono de Recém-Nascido	983
Quadro Sinótico	985
6. Omissão de Socorro	985
Quadro Sinótico	988
7. Condicionamento de Atendimento Médico-Hospitalar Emergencial	989
Quadro Sinótico	991
8. Maus-Tratos	992
Quadro Sinótico	995
CAPÍTULO IV – DA RIXA	997
Quadro Sinótico	999
CAPÍTULO V – DOS CRIMES CONTRA A HONRA	1001
1. Calúnia	1001

Quadro Sinótico	1004
2. Difamação	1005
Quadro Sinótico	1007
3. Injúria	1008
Quadro Sinótico	1015
4. Disposições Comuns aos Crimes Contra a Honra	1016

CAPÍTULO VI – CRIMES CONTRA A LIBERDADE INDIVIDUAL 1023

1. Dos crimes contra a liberdade pessoal	1023
1.1. Constrangimento Ilegal	1023
Quadro Sinótico	1026
1.2. Intimidação sistemática (bullying)	1027
Quadro Sinótico	1031
1.3. Ameaça	1032
Quadro Sinótico	1035
1.4. Perseguição	1036
Quadro Sinótico	1040
1.5. Violência Psicológica contra a Mulher	1041
Quadro Sinótico	1049
1.6. Sequestro e Cárcere Privado	1050
Quadro Sinótico	1054
1.7. Redução à Condição Análoga à de Escravo	1055
Quadro Sinótico	1064
1.8. Tráfico de Pessoas	1065
Quadro Sinótico	1071
2. Dos crimes contra a inviolabilidade do domicílio	1072
Quadro Sinótico	1077
3. Dos crimes contra a inviolabilidade da correspondência	1078
3.1. Outros Crimes Ligados à Violação de Correspondência	1079
Quadro Sinótico	1081
3.2. Correspondência Comercial	1082
Quadro Sinótico	1083
4. Dos crimes contra a inviolabilidade dos segredos	1083
Quadro Sinótico	1085
4.1. Violação de Segredo Profissional	1085
Quadro Sinótico	1086
4.2. Invasão de Dispositivo Informático	1087
Quadro Sinótico	1092

CAPÍTULO VII – CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO 1093

1. Do furto	1093
1.1. Furto	1093
Quadro Sinótico	1114

1.2. Furto de Coisa Comum	1116
Quadro Sinótico	1117
2. Do roubo e da extorsão	1118
2.1. Roubo	1118
Quadro Sinótico	1135
2.2. Extorsão	1137
Quadro Sinótico	1145
2.2.1. Extorsão Mediante Sequestro	1146
Quadro Sinótico	1150
2.2.2. Extorsão Indireta	1150
Quadro Sinótico	1152
3. Da usurpação	1152
3.1. Alteração de limites	1152
Quadro Sinótico	1153
3.2. Usurpação de águas	1154
Quadro Sinótico	1155
3.3. Esbulho possessório	1156
Quadro Sinótico	1157
3.4. Disposições Comuns	1158
3.5. Supressão ou alteração de marca em animais	1158
Quadro Sinótico	1158
4. Do dano	1159
4.1. Dano	1159
Quadro Sinótico	1163
4.2. Introdução ou Abandono de Animais em Propriedade Alheia	1165
Quadro Sinótico	1166
4.3. Dano em Coisa de Valor Artístico, Arqueológico ou Histórico	1167
Quadro Sinótico	1168
4.4. Alteração de Local Especialmente Protegido	1169
Quadro Sinótico	1169
5. Da apropriação indébita	1170
5.1. Apropriação Indébita	1170
Quadro Sinótico	1175
5.2. Apropriação Indébita Previdenciária	1176
Quadro Sinótico	1188
5.3. Apropriação de Coisa Havida por Erro, Caso Fortuito ou Força da Natureza	1189
Quadro Sinótico	1190
5.4. Apropriação de Tesouro	1191
Quadro Sinótico	1191
5.5. Apropriação de Coisa Achada	1192
Quadro Sinótico	1193
5.6. Forma Privilegiada para os Crimes do Capítulo V – Da Apropriação Indébita	1194
6. Do estelionato e outras fraudes	1195
6.1. Estelionato	1195

6.2. Disposição de Coisa Alheia como Própria	1200
6.3. Alienação ou Oneração Fraudulenta de Coisa Própria	1201
6.4. Defraudação de Penhor	1201
6.5. Fraude na Entrega de Coisa	1202
6.6. Fraude para Recebimento de Indenização ou Valor de Seguro	1202
6.7. Fraude no pagamento por meio de cheque	1203
6.8. Formas majoradas do estelionato, figuras equiparadas e ação penal	1205
Quadro Sinótico	1211
6.9. Fraude com a utilização de ativos virtuais, valores mobiliários ou ativos financeiros	1213
Quadro Sinótico	1220
6.10. Duplicata Simulada	1220
Quadro Sinótico	1221
6.11. Abuso de Incapazes	1222
Quadro Sinótico	1223
6.12. Induzimento à Especulação	1224
Quadro Sinótico	1225
6.13. Fraude no Comércio	1226
Quadro Sinótico	1227
6.14. Outras Fraudes	1229
Quadro Sinótico	1229
6.15. Fraudes e Abusos na Fundação ou Administração de Sociedade por Ações	1230
Quadro Sinótico	1235
6.16. Emissão Irregular de Conhecimento de Depósito ou Warrant	1236
Quadro Sinótico	1237
6.17. Fraude à Execução	1238
Quadro Sinótico	1239
7. Da receptação	1240
7.1. Receptação	1240
Quadro Sinótico	1247
7.2. Receptação de animal	1249
Quadro Sinótico	1250
8. Disposições gerais	1251
CAPÍTULO VIII – CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE IMATERIAL	1257
1. Dos crimes contra a propriedade intelectual	1257
1.1. Violação contra os direitos autorais	1257
1.2. Da ação penal nos crimes contra a propriedade intelectual	1263
Quadro Sinótico	1263
CAPÍTULO IX – CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	1267
1. Atentado Contra a Liberdade de Trabalho	1268
Quadro Sinótico	1271
2. Atentado Contra a Liberdade de Contrato de Trabalho e Boicotagem Violenta	1271

Quadro Sinótico	1273
3. Atentado Contra a Liberdade de Associação	1274
Quadro Sinótico	1275
4. Paralisação de Trabalho, Seguida de Violência ou Perturbação da Ordem	1276
Quadro Sinótico	1277
5. Paralisação de Trabalho de Interesse Coletivo	1278
Quadro Sinótico	1279
6. Invasão de Estabelecimento Industrial, Comercial ou Agrícola. Sabotagem	1280
Quadro Sinótico	1281
7. Frustração de Direito Assegurado por Lei Trabalhista	1282
Quadro Sinótico	1284
8. Frustração de Lei Sobre a Nacionalização do Trabalho	1285
Quadro Sinótico	1286
9. Exercício de Atividade com Infração de Decisão Administrativa	1286
Quadro Sinótico	1288
10. Aliciamento para o Fim de Emigração	1289
Quadro Sinótico	1291
11. Aliciamento de Trabalhadores de um Local para Outro do Território Nacional	1291
Quadro Sinótico	1293

CAPÍTULO X – CRIMES CONTRA O SENTIMENTO RELIGIOSO E O RESPEITO AOS MORTOS 1295

1. Dos crimes contra o sentimento religioso	1295
1.1. Ultraje a culto e impedimento ou perturbação de ato a ele relativo	1295
Quadro Sinótico	1298
2. Dos crimes contra o respeito aos mortos	1299
2.1. Impedimento ou perturbação de cerimônia funerária	1299
Quadro Sinótico	1300
2.2. Violação de sepultura	1301
Quadro Sinótico	1302
2.3. Destruição, Subtração ou Ocultação de Cadáver	1302
Quadro Sinótico	1303
2.4. Vilipêndio a Cadáver	1304
Quadro Sinótico	1305

CAPÍTULO XI – CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL 1307

1. Dos crimes contra a liberdade sexual	1309
1.1. Estupro	1309
Quadro Sinótico	1321
1.2. Violação sexual mediante fraude	1322
Quadro Sinótico	1326
1.3. Importunação sexual	1327
Quadro Sinótico	1330
1.4. Assédio sexual	1331

Quadro Sinótico	1335
2. Da exposição da intimidade sexual	1336
2.1. Registro não autorizado da intimidade sexual	1336
Quadro Sinótico	1340
3. Dos crimes sexuais contra vulnerável	1341
3.1. Estupro de vulnerável	1342
Quadro Sinótico	1354
3.2. Corrupção de menores	1356
3.3. Satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente	1363
3.4. Favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável	1366
3.5. Divulgação de cena de estupro ou de cena de estupro de vulnerável, de cena de sexo ou de pornografia	1373
Quadro Sinótico	1377
4. Disposições gerais	1379
5. Do lenocínio e do tráfico de pessoa para fim de prostituição ou outra forma de exploração sexual	1384
5.1. Mediação para servir à lascívia de outrem	1384
Quadro Sinótico	1386
5.2. Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual	1387
Quadro Sinótico	1389
5.3. Casa de prostituição	1390
Quadro Sinótico	1393
5.4. Rufianismo	1394
Quadro Sinótico	1396
5.5. Promoção de migração ilegal	1397
Quadro Sinótico	1399
6. Do ultraje público ao pudor	1400
6.1. Ato obsceno	1400
Quadro Sinótico	1401
6.2. Escrito ou objeto obsceno	1402
Quadro Sinótico	1403
7. Disposições gerais	1404
CAPÍTULO XII – CRIMES CONTRA A FAMÍLIA	1409
1. Dos crimes contra o casamento	1409
1.1. Bigamia	1409
Quadro Sinótico	1410
1.2. Induzimento a erro essencial e ocultação de impedimento	1411
Quadro Sinótico	1412
1.3. Conhecimento prévio de impedimento	1413
Quadro Sinótico	1414
1.4. Simulação de autoridade para celebrar casamento	1414
Quadro Sinótico	1415
1.5. Simulação de casamento	1416

Quadro Sinótico	1416
2. Dos crimes contra o estado de filiação	1417
2.1. Registro de nascimento inexistente	1417
Quadro Sinótico	1417
2.2. Parto suposto. Supressão ou alteração de direito inerente ao estado de recém-nascido	1418
Quadro Sinótico	1419
2.3. Sonegação de estado de filiação	1420
Quadro Sinótico	1420
3. Dos crimes contra a assistência familiar	1421
3.1. Abandono material	1421
Quadro Sinótico	1422
3.2. Entrega de filho menor a pessoa inidônea	1423
Quadro Sinótico	1424
3.3. Abandono intelectual	1425
Quadro Sinótico	1427
3.4. Abandono moral	1427
Quadro Sinótico	1429
4. Dos crimes contra o pátrio poder, a tutela e a curatela	1429
4.1. Induzimento a fuga, entrega arbitrária ou sonegação de incapazes	1429
Quadro Sinótico	1431
4.2. Subtração de incapazes	1431
Quadro Sinótico	1434
CAPÍTULO XIII – CRIMES CONTRA A INCOLUMIDADE PÚBLICA	1435
1. Dos crimes de perigo comum	1435
1.1. Incêndio	1436
Quadro Sinótico	1439
1.2. Explosão	1440
Quadro Sinótico	1442
1.3. Uso de gás tóxico ou asfixiante	1443
Quadro Sinótico	1444
1.4. Fabrico, fornecimento, aquisição, posse ou transporte de explosivos ou gás tóxico ou asfixiante	1445
Quadro Sinótico	1447
1.5. Inundação	1447
Quadro Sinótico	1448
1.6. Perigo de inundação	1449
Quadro Sinótico	1450
1.7. Desabamento ou desmoronamento	1451
Quadro Sinótico	1451
1.8. Subtração, ocultação ou inutilização de material de salvamento	1452
Quadro Sinótico	1453
1.9. Formas “qualificadas” de crime de perigo comum	1454

1.10. Difusão de doença ou praga	1455
Quadro Sinótico	1456
2. Dos crimes contra a segurança dos meios de comunicação e transporte e outros serviços públicos	1457
2.1. Perigo de desastre ferroviário	1457
Quadro Sinótico	1460
2.2. atentado contra a segurança de transporte marítimo, fluvial ou aéreo	1461
Quadro Sinótico	1462
2.3. atentado contra a segurança de outro meio de transporte	1463
2.4. Forma “qualificada”	1464
Quadro Sinótico	1464
2.5. Arremesso de projétil	1465
Quadro Sinótico	1467
2.6. atentado contra a segurança de serviço de utilidade pública	1467
Quadro Sinótico	1469
2.7. Interrupção ou perturbação de serviço telegráfico, telefônico, informático, telemático ou de informação de utilidade pública	1470
Quadro Sinótico	1473
3. Dos crimes contra a saúde pública	1474
3.1. Epidemia	1474
Quadro Sinótico	1476
3.2. Infração de medida sanitária preventiva	1477
Quadro Sinótico	1478
3.3. Omissão de notificação de doença	1479
Quadro Sinótico	1479
3.4. Envenenamento de água potável ou de substância alimentícia ou medicinal	1480
Quadro Sinótico	1483
3.5. Corrupção ou poluição de água potável	1484
Quadro Sinótico	1487
3.6. Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de substância ou produtos alimentícios	1488
Quadro Sinótico	1490
3.7. Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de substância ou produtos alimentícios	1491
Quadro Sinótico	1498
3.8. Emprego de processo proibido ou de substância não permitida	1499
Quadro Sinótico	1500
3.9. Invólucro ou recipiente com falsa indicação	1501
Quadro Sinótico	1502
3.10. Produto ou substância nas condições dos dois artigos anteriores	1502
Quadro Sinótico	1503
3.11. Substância destinada à falsificação	1504
Quadro Sinótico	1505
3.12. Outras substâncias nocivas à saúde pública	1506

Quadro Sinótico	1507
3.13. Medicamento em desacordo com receita médica	1508
Quadro Sinótico	1509
3.14. Exercício ilegal da medicina, arte dentária ou farmacêutica	1510
Quadro Sinótico	1511
3.15. Charlatanismo	1512
Quadro Sinótico	1513
3.16. Curandeirismo	1514
Quadro Sinótico	1516
3.17. Forma “qualificada”	1517
CAPÍTULO XIV – CRIMES CONTRA A PAZ PÚBLICA	1519
1. Incitação ao crime	1519
Quadro Sinótico	1523
2. Apologia de Crime ou Criminoso	1524
Quadro Sinótico	1527
3. Associação Criminosa	1527
Quadro Sinótico	1535
4. Constituição de Milícia Privada	1536
Quadro Sinótico	1539
CAPÍTULO XV – CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA	1541
1. Da moeda falsa	1541
1.1. Moeda falsa	1541
Quadro Sinótico	1544
1.2. Crimes assimilados ao de moeda falsa	1545
Quadro Sinótico	1547
1.3. Petrechos para falsificação	1547
Quadro Sinótico	1548
1.4. Emissão de título ao portador sem permissão legal	1549
Quadro Sinótico	1551
2. Da falsidade de títulos e outros papéis públicos	1551
2.1. Falsificação de papéis públicos	1551
Quadro Sinótico	1555
2.2. Petrechos de falsificação	1556
Quadro Sinótico	1557
2.3. Forma majorada	1558
3. Da falsidade documental	1558
3.1. Falsificação de selo ou sinal público	1558
Quadro Sinótico	1560
3.2. Falsificação de documento público	1560
Quadro Sinótico	1564
3.3. Falsificação de documento particular	1565
Quadro Sinótico	1566

3.4. Falsidade ideológica	1566
Quadro Sinótico	1571
3.5. Falso Reconhecimento de Firma ou Letra	1572
Quadro Sinótico	1573
3.6. Certidão ou atestado ideologicamente falso	1574
Quadro Sinótico	1575
3.7. Falsidade de atestado médico	1576
Quadro Sinótico	1577
3.8. Reprodução ou adulteração de selo ou peça filatélica	1577
Quadro Sinótico	1578
3.9. Uso de documento falso	1579
Quadro Sinótico	1583
3.10. Supressão de documento	1584
Quadro Sinótico	1584
4. De outras falsidades	1585
4.1. Falsificação do sinal empregado no contraste de metal precioso ou na fiscalização alfandegária, ou para outros fins	1585
Quadro Sinótico	1586
4.2. Falsa identidade	1587
Quadro Sinótico	1588
4.3. Uso de documento de identidade alheio	1589
Quadro Sinótico	1590
4.4. Fraude de lei sobre estrangeiro	1590
Quadro Sinótico	1591
4.5. Fraude de lei sobre propriedade por estrangeiro	1592
Quadro Sinótico	1592
4.6. Adulteração de sinal de veículo automotor	1593
Quadro Sinótico	1600
5. Das fraudes em certames de interesse público	1601
5.1. Fraudes em certames de interesse público	1601
Quadro Sinótico	1604

CAPÍTULO XVI – CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA 1607

1. Dos crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral	1608
1.1. Peculato	1609
Quadro Sinótico	1617
1.2. Peculato mediante erro de outrem	1618
Quadro Sinótico	1619
1.3. Inserção de dados falsos em sistemas de informações	1620
Quadro Sinótico	1622
1.4. Modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações	1623
Quadro Sinótico	1624
1.5. Extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento	1624
Quadro Sinótico	1625

1.6. Emprego irregular de verbas ou rendas públicas	1626
Quadro Sinótico	1627
1.7. Concussão e excesso de exação	1628
Quadro Sinótico	1631
1.8. Corrupção passiva	1632
Quadro Sinótico	1638
1.9. Facilitação de contrabando ou descaminho	1640
Quadro Sinótico	1640
1.10. Prevaricação	1641
Quadro Sinótico	1644
1.11. Prevaricação imprópria	1645
Quadro Sinótico	1645
1.12. Condescendência criminoso	1646
Quadro Sinótico	1647
1.13. Advocacia administrativa	1648
Quadro Sinótico	1650
1.14. Violência arbitrária	1651
Quadro Sinótico	1652
1.15. Abandono de função	1653
Quadro Sinótico	1654
1.16. Exercício funcional ilegalmente antecipado ou prorrogado	1655
Quadro Sinótico	1656
1.17. Violação de sigilo funcional	1657
Quadro Sinótico	1658
1.18. Violação de sigilo de proposta de concorrência	1659
Quadro Sinótico	1660
1.19. Conceito de funcionário público e causa de aumento de pena	1661
2. Dos crimes praticados por particular contra a administração em geral	1664
2.1. Usurpação de função pública	1665
Quadro Sinótico	1666
2.2. Resistência	1666
Quadro Sinótico	1667
2.3. Desobediência	1668
Quadro Sinótico	1670
2.4. Desacato	1671
Quadro Sinótico	1673
2.5. Tráfico de influência	1673
Quadro Sinótico	1675
2.6. Corrupção ativa	1675
Quadro Sinótico	1678
2.7. Descaminho	1679
Quadro Sinótico	1684
2.8. Contrabando	1685
Quadro Sinótico	1689

2.9. Impedimento, perturbação ou fraude de concorrência	1691
Quadro Sinótico	1692
2.10. Inutilização de edital ou de sinal	1693
Quadro Sinótico	1693
2.11. Subtração ou inutilização de livro ou documento	1694
Quadro Sinótico	1694
2.12. Sonegação de contribuição previdenciária	1695
Quadro Sinótico	1706
3. Dos crimes praticados por particular contra a administração pública estrangeira	1707
3.1. Corrupção ativa em transação comercial internacional	1708
Quadro Sinótico	1710
3.2. Tráfico de influência em transação comercial internacional	1711
Quadro Sinótico	1712
3.3. Funcionário público estrangeiro	1712
4. Dos crimes em licitações e contratos administrativos	1713
4.1. Contratação direta ilegal	1714
Quadro Sinótico	1717
4.2. Frustração do caráter competitivo de licitação	1718
Quadro Sinótico	1720
4.3. Patrocínio de contratação indevida	1721
Quadro Sinótico	1723
4.4. Modificação ou pagamento irregular em contrato administrativo	1723
Quadro Sinótico	1725
4.5. Perturbação de processo licitatório	1726
Quadro Sinótico	1727
4.6. Violação de sigilo em licitação	1728
Quadro Sinótico	1729
4.7. Afastamento de licitante	1729
Quadro Sinótico	1731
4.8. Fraude em licitação ou contrato administrativo	1731
Quadro Sinótico	1734
4.9. Contratação inidônea	1734
Quadro Sinótico	1736
4.10. Impedimento indevido	1737
Quadro Sinótico	1739
4.11. Omissão grave de dado ou de informação por projetista	1739
Quadro Sinótico	1742
4.12. Regras sobre a pena de multa	1743
5. Dos crimes contra a administração da justiça	1744
5.1. Reingresso de estrangeiro expulso	1745
Quadro Sinótico	1745
5.2. Descumprimento de medidas protetivas de urgência	1746
5.3. Denúncia caluniosa	1751
Quadro Sinótico	1757

5.4. Comunicação falsa de crime ou contravenção	1758
Quadro Sinótico	1759
5.5. Autoacusação falsa	1760
Quadro Sinótico	1760
5.6. Falso testemunha ou falsa perícia	1761
Quadro Sinótico	1769
5.7. Corrupção ativa de testemunha ou perito	1770
Quadro Sinótico	1773
5.8. Coação no curso do processo	1774
Quadro Sinótico	1777
5.9. Exercício arbitrário das próprias razões	1777
Quadro Sinótico	1779
5.10. Exercício arbitrário das próprias razões: modalidade especial	1779
Quadro Sinótico	1780
5.11. Fraude processual	1780
Quadro Sinótico	1782
5.12. Favorecimento pessoal	1782
Quadro Sinótico	1784
5.13. Favorecimento real	1784
Quadro Sinótico	1785
5.14. Introdução de aparelho telefônico móvel ou similar em estabelecimento prisional	1786
Quadro Sinótico	1787
5.15. Exercício arbitrário ou abuso de poder	1789
5.16. Fuga de pessoa presa ou submetida a medida de segurança	1790
Quadro Sinótico	1792
5.17. Evasão mediante violência contra a pessoa	1793
Quadro Sinótico	1794
5.18. Arrebatamento de preso	1795
Quadro Sinótico	1795
5.19. Motim de presos	1796
Quadro Sinótico	1796
5.20. Patrocínio infiel	1797
Quadro Sinótico	1797
5.21. Patrocínio simultâneo ou tergiversação	1798
Quadro Sinótico	1799
5.22. Sonegação de papel ou objeto de valor probatório	1799
Quadro Sinótico	1802
5.23. Exploração de prestígio	1802
Quadro Sinótico	1804
5.24. Violência ou fraude em arrematação judicial	1805
Quadro Sinótico	1806
5.25. Desobediência a decisão judicial sobre perda ou suspensão de direito	1806
Quadro Sinótico	1807

6. Dos crimes contra as finanças públicas	1808
6.1. Contratação de operação de crédito	1808
Quadro Sinótico	1811
6.2. Inscrição de despesas não empenhadas em restos a pagar	1811
Quadro Sinótico	1813
6.3. Assunção de obrigação no último ano de mandato ou legislatura	1813
Quadro Sinótico	1815
6.4. Ordenação de despesa não autorizada	1816
Quadro Sinótico	1817
6.5. Prestação de garantia graciosa	1817
Quadro Sinótico	1819
6.6. Não cancelamento de restos a pagar	1819
Quadro Sinótico	1820
6.7. Aumento de despesa total com pessoal no último ano do mandato ou legislatura	1821
Quadro Sinótico	1822
6.8. Oferta pública ou colocação de títulos no mercado	1822
Quadro Sinótico	1823

CAPÍTULO XVII – CRIMES CONTRA O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO 1825

1. Dos crimes contra a soberania nacional	1828
1.1. Atentado à soberania	1829
Quadro Sinótico	1832
1.2. Atentado à integridade nacional	1833
Quadro Sinótico	1835
1.3. Espionagem	1835
Quadro Sinótico	1839
2. Dos crimes contra as instituições democráticas	1840
2.1. Abolição violenta do Estado Democrático de Direito	1841
Quadro Sinótico	1843
2.2. Golpe de Estado	1843
Quadro Sinótico	1845
3. Dos crimes contra o funcionamento das instituições democráticas no processo elei- toral	1846
3.1. Interrupção do processo eleitoral	1846
Quadro Sinótico	1847
3.2. Violência Política	1848
Quadro Sinótico	1850
4. Dos crimes contra o funcionamento dos serviços essenciais	1851
4.1. Sabotagem	1851
Quadro Sinótico	1854
5. Disposições Comuns	1855

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 1857